

**A educação física como meio de inclusão social:
O caso do Ceará****Physical education as a media for social inclusion:
The case of Ceará**

DOI:10.34117/bjdv6n10-437

Recebimento dos originais: 21/09/2020

Aceitação para publicação: 21/10/2020

Aline Soares Campos

Mestre em Educação

Universidade Federal do Ceará (UFC)

aline.campos@prof.ce.gov.br

Carla Samya Nogueira Falcão

Mestre em Saúde Coletiva

Universidade Estadual do Ceará (UECE)

ksamyaf@hotmail.com

Francisca Sueli Farias Nunes

Mestre em Educação

Universidade Estadual do Ceará (UECE)

franciscasfn@gmail.com

Gardenia Coelho Viana

Especialista em Psicomotricidade

Faculdade Lourenço Filho

gardeniacviana@gmail.com

Luiza Lúlia Feitosa Simões

Doutora em Educação

Universidade Estadual do Ceará (UECE)

luizalfsimoes@gmail.com

Manoela de Castro Marques RibeiroEspecialista em Atividade Física para Grupos Especiais
(FANOR)

manoelaribeiro86@hotmail.com

Heraldo Simões Ferreira

Pós Doutor em Desenvolvimento Humano

Universidade Estadual Paulista (UNESP)

heraldo.simoes@uece.br

RESUMO

A Educação numa perspectiva inclusiva é aquela onde todos os alunos dispõem das oportunidades para aprender de acordo com suas capacidades, sendo necessário o envolvimento de toda a comunidade escolar. A Educação Física (EF) se apresenta como indispensável nesse processo inclusivo, no qual suas aulas podem favorecer um ambiente lúdico para trabalhar as diferenças por

meio dos seus conteúdos. Este estudo objetivou identificar o processo de inclusão de alunos com deficiência através das aulas de EF, baseado em uma revisão bibliográfica dos periódicos Scielo, CAPES e Google Acadêmico no qual foi estabelecido uma leitura exaustiva sobre a temática. Como resultado, constatou-se que mesmo depois de décadas, a inclusão de pessoas com deficiência ainda apresenta diversos desafios. Elaborar uma proposta de Educação Física Inclusiva não é algo simples, pois depende de vários fatores, tais como: a) Participação efetiva de toda a comunidade escolar, a relevância social e as estratégias didáticas e diversas possibilidades de acessibilidade e tecnologias educativas; b) Planejamento escolar amplo e comum a todos, buscando dar respostas educativas com respeito às diferenças, sempre reavaliando de acordo com as habilidades motoras e sociais de cada turma; e c) Participação conjunta dos alunos com e sem deficiência nas aulas e tarefas propostas e implementação de atividades complementares a partir de princípios pedagógicos da Educação Física Adaptada, buscando desenvolver habilidades que lhe permitam um maior sucesso.

Palavras-chave: Educação Inclusiva, Educação Física, Educação Física Inclusiva.

ABSTRACT

Education in an inclusive perspective is one where all students have the opportunities to learn according to their abilities, requiring the involvement of the entire school community. Physical Education (PE) presents itself as indispensable in this inclusive process, in which its classes can favor a playful environment to work out differences through its contents. This study aimed to identify the process of inclusion of students with disabilities through PE classes, based on a bibliographic review of Scielo, CAPES and Google Scholar journals in which an exhaustive reading on the subject was established. As a result, it was found that even after decades, the inclusion of people with disabilities still presents several challenges. Elaborating a proposal for Inclusive Physical Education is not a simple matter, as it depends on several factors, such as: a) Effective participation of the entire school community, social relevance and didactic strategies and several possibilities of accessibility and educational technologies; b) Comprehensive school planning common to all, seeking to provide educational responses with respect to differences, always reassessing according to the motor and social skills of each class; and c) Joint participation of students with and without disabilities in the classes and tasks proposed and implementation of complementary activities based on the pedagogical principles of Adapted Physical Education, seeking to develop skills that allow them to be more successful.

Keywords: Inclusive Education, PE, Inclusive Physical Education.

1 INTRODUÇÃO

O despertar para a educação especial foi originado pelo movimento mundial visando uma educação inclusiva através de ações políticas, cultural, social e pedagógica, desencadeada em defesa do direito de todos os estudantes de estarem aprendendo e participando juntos e indiscriminadamente. De acordo com Mantoan (2010, p. 09,) a escola comum só será inclusiva quando reconhecer as diferenças de seus educandos, e por meios de novas práticas pedagógicas obtenham o crescimento e a participação de toda a comunidade escolar.

De acordo com o Censo IBGE de 2010, quase 46 milhões de brasileiros, cerca de 24% da população, declarou ter algum grau de dificuldade em pelo menos uma das habilidades investigadas (enxergar, ouvir, caminhar ou subir degraus). No estado do Ceará 2,3 milhões de habitantes

apresentam pelo menos uma das deficiências investigadas, o que corresponde a 27,7% da população. Em relação ao tipo de deficiência, responderam que não conseguem de modo algum ou apresenta grande dificuldade visual (16%), motora (9,6%), mental (5,4%) e auditiva (4,9%).

A Educação Física se apresenta de maneira fundamental no processo de formação dos educandos na educação básica, permitindo um universo de descobertas culturais, de experiências lúdicas, emotivas e sociais para contribuir na construção dos saberes corporais e conseqüentemente na possibilidade de atuar como protagonista nas ações de lazer e saúde. (BNCC, 2018, p.213,).

Nesta perspectiva, a Educação Física, como um dos componentes curriculares da educação básica, não está indiferente ao movimento da Educação Inclusiva. Como faz parte integrante do currículo oferecido pela escola, essa disciplina constitui-se num dos adjuvantes do processo da inclusão escolar e esportiva. Para Silva et al (2008, p. 24) é importante salientar que os conteúdos das aulas de Educação Física não se modificam mesmo com a diversidade de alunos, sendo necessário métodos, técnicas e maneiras diferentes para efetivar a participação dos alunos com deficiência.

Conforme Greguol e Costa (2019, p. 484,485) mesmo se falando de inclusão há décadas no Brasil, ainda é comum que alunos com algum tipo de deficiência que estejam matriculados na escola comum não participem das aulas de Educação Física. Tais atitudes dificultam o processo de inclusão escolar e conseqüentemente, um afastamento das práticas desportivas das pessoas com deficiência.

A realização desse estudo surgiu a partir da experiência dos autores durante suas passagens pela rede de ensino de educação básica como também na modalidade de ensino da Educação Especial. Foi percebido diversas lacunas no processo de inclusão escolar para educandos com deficiência nas aulas Educação Física. Estes fatos levaram a busca por respostas para elucidar a situação citada, o que levou a busca na literatura e documentos para entendimento da temática em questão.

Em busca nos sítios da Scielo, Google Acadêmico e portal Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) apontaram diversos estudos no processo de inclusão escolar numa maneira geral, já as produções acadêmicas que envolviam as práticas inclusivas por meio das aulas de Educação Física no Brasil ainda apresentam escassez.

A relevância desse estudo aqui apresentado, se dá pelo fato que o mesmo pode contribuir com a discussão e reflexão acerca de práticas inclusivas para professores de Educação Física, como também para todos que fazem parte da comunidade escolar.

A partir do exposto formulou-se a seguinte questão prima da atividade investigativa: como acontece a inclusão de alunos com deficiência nas aulas de Educação Física? Também foram elaboradas perguntas secundárias são elas: quais as principais dificuldades no processo de inclusão nas aulas de Educação Física? e, como as práticas inclusivas se apresentam para uma inclusão plena?

Percebe-se a relevância da temática diante do cenário atual da educação inclusiva nas aulas de Educação Física direcionada as pessoas com deficiência, sendo necessário contribuições nas discussões e reflexões acerca dos profissionais envolvidos no processo de inclusão escolar, e, para tanto é fundamental um aprofundamento na história da Educação Especial e seus caminhos percorridos.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 DIAGNÓSTICO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

Segundo Brasil (2020) no ano de 2019, foram registradas 47,9 milhões de matrículas nas 180,6 mil escolas de educação básica no Brasil, cerca de 582 mil matrículas a menos em comparação com 2018, o que corresponde a uma redução de 1,2% no total. A maioria das matrículas da rede pública (88,9%) e privada (99%) estão em escolas urbanas. A rede municipal é a principal responsável pela oferta dos anos iniciais do ensino fundamental (67,6%), e dos anos finais, apesar do equilíbrio entre as redes municipais (42,8%) e estaduais (41,5%), a variação entre os estados é grande.

O número de matrículas da educação especial chegou a 1,2 milhões de estudantes em 2019, um aumento de 34,4% em relação a 2015, com os alunos majoritariamente matriculados na etapa de ensino correspondente ao ensino fundamental (71%), seguido quase de forma paritária pelo ensino médio (10%), educação de jovens e adultos - EJA (10%) e educação infantil (9%).

A evolução das matrículas no estado do Ceará para o período 2015–2019 foi analisada a partir das Sinopses Estatísticas elaborada anualmente pela Diretoria de Estatísticas Educacionais (DEED-INEP), que traz um resumo dos principais dados coletados no censo escolar. Em um único documento são listadas informações educacionais que permitem uma visão geral dos dados da Educação Básica no país.

Nos últimos 5 anos, o estado do Ceará apresentou uma diminuição sistemática do número total de matrículas passando de 2,22 milhões em 2015, para 2,16 milhões em 2019, ano do último censo escolar. A redução ocorreu gradualmente a uma taxa média de 0,6%, alcançando 3,05 % neste período de 5 anos, correspondendo a 67,8 mil matrículas perdidas. Segundo o Censo escolar, a nível nacional houve queda de 1,2% no total de matrículas na educação básica, em 2019 totalizaram 47,8 milhões de alunos, cerca de 582 mil a menos do que em 2018. O Censo mostra que estes alunos estão em 180 mil escolas, sendo que a rede municipal é responsável por 60% destas e 48% dos alunos. Os dados mostram que 88,9% dos alunos se encontram em áreas urbanas (Tabela 1).

Tabela 1 – Evolução das matrículas de alunos com necessidades especiais no ensino regular no Ceará

Ano	Matriculas Total	Educação Especial
2015	2.229.711	41.341
2016	2.210.221	44.545
2017	2.183.312	50.626
2018	2.175.664	57.567
2019	2.161.816	64.120
Total	- 67.895	+ 22.779

Fonte: Inep, 2020

O Ipea (2009) afirma que a redução das matrículas no ensino médio regular, ocorrida pela primeira vez em 2005 em âmbito nacional, resulta de um conjunto de fatores, entre os quais estão alguns que podem ser considerados positivos: o aumento do contingente de pessoas na faixa de 18 a 24 anos que frequentavam cursos superiores e a conseqüente redução do número de matriculados no ensino médio nesta faixa etária. Ambos os fatos indicam que houve ampliação do índice de adequação idade-série.

No estudo, entre os fatores negativos, cita-se a redução do número de concluintes do ensino fundamental regular, que pode ter afetado o nível de demanda por vaga no ensino médio nos anos subsequentes, especialmente no 1º ano. O arrefecimento da demanda por vagas no ensino médio regular também pode ter sido favorecido pelo crescimento da procura pela modalidade EJA, ainda que este aumento tenha sido em proporção menor que a redução das matrículas no ensino regular. Tendo em vista ser elevada a defasagem idade-série, tem-se expandido de forma mais acentuada a educação de jovens e adultos. Por conseguinte, o crescimento desta modalidade de ensino também pode estar concorrendo para a redução da demanda pelo ensino médio regular junto à população de 18 anos ou mais.

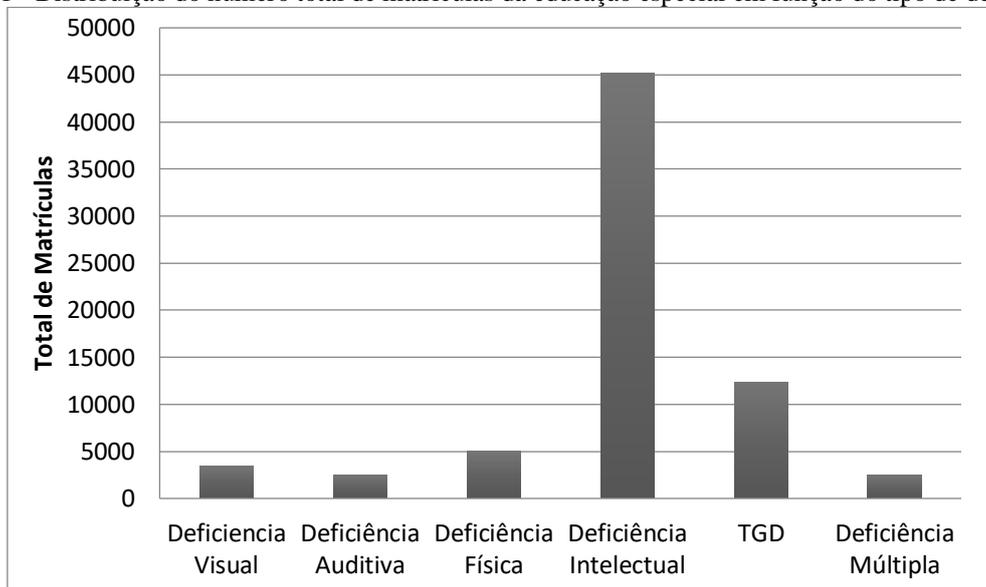
Embora o Ceará venha registrando queda de matrícula na educação básica nos últimos cinco anos, apresentou crescimento no número de matrículas na educação especial, tido como a primeira barreira para a viabilização de uma inclusão no ambiente escolar (Ver: Tabela 1). Entre 2015 e o ano passado, o acréscimo foi de 46,2%, segundo dados do último censo escolar (Inep, 2020). O levantamento revela que o número de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e/ou altas habilidades/superdotação em classes comuns no Estado foi de 64.120 em 2019, um aumento de 22.779 alunos em relação ao ano de 2015.

Segundo Laplane (2015) O aumento do número de matrículas na educação especial, em todas as etapas e modalidades da educação formal, deve ser comemorada como indicador do sucesso das políticas de inclusão. Embora essa seja uma dimensão importante de avaliação na política

educacional, os dados de matrícula constituem uma fonte de reflexão quando se trata de identificar as barreiras que ainda permanecem no que se refere à escolarização da população-alvo da Educação Especial.

A figura 1 apresenta a distribuição do número total de 71.054 matrículas da educação especial, distribuído em função do tipo de deficiência no estado do Ceará. Aqui vale salientar, que o número total de alunos é diferente do total das deficiências noticiadas no censo, pois alguns entrevistados apresentam mais de uma deficiência. Do total de notificações, 45.140 (64%) apresentam Deficiência Intelectual; 12.332 (17%) Transtornos Globais do Desenvolvimento (TGD); 5.076 (5%) Deficiência Física; 3.491 (5%) Deficiência Visual; 2.525 (4%) Deficiência Múltipla; e 2.490 (4%) Deficiência Auditiva.

Figura 1 - Distribuição do número total de matrículas da educação especial em função do tipo de deficiência.



Fonte: Censo Escolar, 2019

Os números crescentes das pessoas com deficiência no ambiente escolar, muitas vezes, não significam a inclusão desses escolares nas práticas pedagógicas, sendo necessário um olhar mais amplo das ações inclusivas e engajamento de toda a comunidade escolar para que esse processo de inclusão aconteça de maneira plena.

Para evidenciarmos as algumas dificuldade do processo de inclusão escolar a autora Falcão (2017) realizou revisão da literatura sobre incidência de violência por adultos às crianças deficientes mostrando que nas estatísticas norte-americanas revelam que indivíduos com algum tipo de deficiência intelectual são vítimas de violência em maiores proporções do que pessoas da população em geral, em uma proporção 50% maior de serem vítimas de abuso sexual. Considerando a probabilidade de terem sofrido maus-tratos quando crianças, estes valores alcançam patamares

inimagináveis entre 4 e 10 vezes maiores.

Diante das informações apresentadas sobre o diagnóstico da educação especial no Brasil, se faz necessário compreender as contribuições da disciplina de educação física no processo de inclusão escolar das pessoas com deficiência.

2.2 NUMEROS NA EDUCAÇÃO FÍSICA

Anteriormente os profissionais da Educação Física brasileira eram compostos predominantemente por militares, sendo o Exército Brasileiro a única instituição responsável pela formação desses profissionais no período de 1910. E, somente décadas depois o curso de Educação Física foi elevado ao nível de curso superior por meio da resolução Conselho Federal de Educação (CFE) nº 69 de 1969 que dentre outras regulamentações na formação docente estipulou-se a carga horária mínima, duração, currículo mínimo e sua titulação (TOJAL, 2005).

A formação profissional em Educação Física passou por mudanças curriculares pautadas na necessidade de especificar os campos de atuação profissional, diferenciando a formação do licenciado e do bacharel em Educação Física. Segundo Ghilard (1998) com a criação do Bacharelado em algumas instituições, houve uma reformulação nos currículos dos cursos de preparação profissional em Educação Física, havendo a diferenciação e a separação do Licenciado (professor) do Bacharel (profissional), visando atender do ponto de vista profissional, às necessidades do mercado e da sociedade.

Para Antunes (2007) nos cursos de Bacharelado em Educação Física, o profissional é habilitado a atuar em quaisquer locais onde atividades físicas e esportivas ocorram, exceto na Educação Básica, na qual poderão atuar somente aqueles que frequentaram cursos de Licenciatura em Educação Física. As duas habilitações abrangem a relação do homem com a sociedade, as dimensões culturais, biológicas, sociais, psicológicas do movimento, bem como a produção de conhecimento.

Na análise das características gerais da oferta e número de concluintes em Educação Física no Brasil, foram analisados os números dos cursos na Sinopse Estatística da Educação Superior (Inep-MEC), referente ao ano de 2018. Em relação ao número total de cursos, observa-se que os cursos das entidades privadas respondem por um total de 80,6%, correspondendo a 1.149 unidades, onde domina os cursos de bacharelado em 52,3% das instituições e licenciatura em 47,4% do total. Na educação pública a oferta dos cursos de educação física é inferior a $\frac{1}{4}$ da oferta nacional correspondendo a 276 unidades, com relevância maior para as licenciaturas em 65,2% das ofertas, em detrimento ao 34,8% do bacharelado.

A distribuição geral das matrículas e dos concluintes, refletem o comportamento geral do

número de cursos ofertados pelas instituições públicas e privadas. A oferta total dos cursos privados alcança 306 mil matrículas que correspondem a 85,5 % e as públicas a somente 14,5%. Os concluintes também predominam nas instituições privadas, respondendo por 51 mil novos profissionais (85,8 %) e as públicas por 14,2%. A relação entre os tipos de graduação permanece igual, sendo maior o número de licenciados na escola pública e de bacharéis na escola privada (Tabela 3).

Tabela 2 – Caracterização da oferta nacional dos cursos de Educação Física.

Educação física	Número de Cursos		Matrículas		Concluintes	
	Pública	Privada	Pública	Privada	Pública	Privada
Licenciatura	180	548	33.456	134.697	5.227	27.607
Bacharelado	96	601	18.635	171.513	3.275	23.643
Total	276	1.149	52.091	306.210	8.502	51.250

Fonte: Sinopse Estatística da Educação Superior, 2018

No estado do Ceará são ofertados 26 cursos de educação física, sendo 20 na modalidade licenciatura e 6 bacharelados, formando um total 1.748 profissionais no ano de 2019, sendo 1393 (79,6%) licenciados. Os cursos de licenciaturas são ofertados por 9 instituições de categoria administrativa pública (Federal e Estadual) e 11 privadas com e sem fins lucrativos. Em relação as notas do ENADE, 50% dos cursos de licenciatura conseguiram os conceitos máximos de avaliação (5 e 4) indicando que as graduações avaliadas estão com uma performance superior à média das demais, e o restante dos cursos conceito 3, estando na média das graduações do Brasil.

Em relação a inclusão de deficientes físicos na escola, a análise dos Projetos Políticos Pedagógicos das instituições públicas mostra a obrigatoriedade da oferta da disciplina de Educação Física Adaptada. O conteúdo programático trata do estudo dos aspectos históricos, didáticos e metodológicos relacionados ao processo ensino-aprendizagem de pessoas com deficiências visual, auditiva, motora, intelectual e outras peculiares condições; as características neuro-anatomo-fisiológicas, sociais e emocionais das deficiências e suas implicações na pratica da atividade física nos ambientes inclusivo e não inclusivo, de educação formal e não formal; elaboração e avaliação de programas e eventos para pessoas com deficiências, introdução aos esportes adaptados e ao paradigma da atividade física inclusiva.

Também são ofertadas optativas no campo da inclusão de deficientes na educação escolar tais como: Introdução a Educação Especial, Recreação e ludicidade, Educação Física para Portadores de Necessidades Especiais, Atividades Físicas para Grupos Especiais e até a disciplina de Esportes Paralímpicos, o maior evento esportivo mundial envolvendo pessoas com deficiência. Incluem atletas com deficiências físicas (de mobilidade, amputações, cegueira ou paralisia cerebral), além de

deficientes mentais. Além da Língua Brasileira de Sinais – Libras ser disciplina curricular obrigatória nos cursos de formação de professores.

O trabalho com estudantes com necessidades especiais na escola é realizado a partir de duas linhas da educação física: Inclusiva e Adaptada. Na educação física adaptada, os estudantes com deficiência praticam atividades físicas separados dos seus colegas, enquanto que na educação física inclusiva, todos participam das mesmas atividades propostas. Nas duas modalidades de atuação o andamento das atividades depende muito mais dos educadores que propriamente dos alunos. A prática das duas modalidades requer um ambiente acessível, que oferece oportunidades iguais, com inclusão social e valorização das diferenças, estimule o desenvolvimento de habilidades e valorize as competências individuais. Para isso, cabe ao professor planejar as aulas de acordo com bases metodológicas da educação física.

Após compreendermos algumas questões quantitativas da Educação Física para nos subsidiarmos os discursões pertinentes ao processo inclusivo é necessário entender em qual momento a disciplina de Educação Física se apresentou como uma aliada no processo de inclusão plena das pessoas com deficiência

2.3 V EDUCAÇÃO FÍSICA E INCLUSÃO

O esporte para pessoas com deficiência teve seu início após a Primeira Guerra Mundial como forma de tratamento médico de soldados que adquiriram impedimentos permanentes. A partir dos jogos anuais desenvolvidos no “Stoke Mandeville Hospital”, na Inglaterra, no final da Segunda Guerra Mundial, o movimento ganhou força, culminando com a criação das primeiras Paraolimpíadas, em 1960, na cidade de Roma (IRM, 2016).

Segundo Costa e Sousa (2004) a educação física começa a se preocupar com atividade física para essas pessoas apenas no final dos anos de 1950, com o enfoque médico para a prática dessas atividades. Os programas eram denominados ginástica médica e tinham a finalidade de prevenir doenças, utilizando exercícios corretivos e de prevenção. No entendimento dos autores, apesar de parecer contraditório pelo paradigma higienista que sempre reinou em sua história, é uma das áreas do conhecimento que mais evoluiu nos últimos anos, sendo materializados pela concretização dos Jogos Paralímpicos.

O termo paralímpico começou a ser usado em 1964, durante os Jogos de Tóquio, com fusão das palavras paraplegia e olímpico. As modalidades que fazem parte dos jogos, seja de participação individual, seja coletiva, são desportos de larga tradição competitiva, e coincidem com as modalidades olímpicas com as adaptações necessárias para propiciar a prática pelos portadores de deficiência (Costa e Sousa, 2004).

Essa evolução do esporte acabou influenciando também o ambiente da escola. Inicialmente, os estudantes com deficiência não participavam das aulas de educação física, e na maioria das vezes eram dispensados dessa disciplina. Para praticar atividades físicas precisavam buscar alternativas em projetos específicos, fora da escola.

Atualmente, a educação física escolar está evoluindo para uma visão inclusiva, que pressupõe o convívio e a participação de todos os estudantes nas mesmas atividades. Essa visão se relaciona com as atuais convenções internacionais na área de direitos humanos elaborado pela ONU e oficializado no Brasil pelo decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. A lei assegura que as crianças com deficiência possam, em igualdade de condições com as demais crianças, participar de jogos e atividades recreativas, esportivas e de lazer, inclusive no sistema escolar.

Na educação física inclusiva, todos os estudantes participam das mesmas atividades. Para isso, cabe ao professor planejar as aulas de acordo com as especificidades dos estudantes de cada turma. O objetivo é o desenvolvimento afetivo, cognitivo e psicomotor não só dos estudantes com deficiência, mas de todos os estudantes.

Uma abordagem interessante sobre as dimensões envolvidas na análise de fenômenos educacionais foi apresentada por (IRM, 2016), a partir de uma metodologia ativa da Universidade de Harvard. Esse modelo conceitual é uma ferramenta que dialoga com a complexidade do tema da educação inclusiva e busca contemplar diversos atores: Políticas públicas, Gestão escolar, Estratégias pedagógicas, Famílias e Parcerias. Cada dimensão tem sua particularidade e, ao mesmo tempo, é interdependente das demais.

As políticas públicas englobam todos os aspectos de criação e gestão, em relação ao conjunto de leis, diretrizes e decisões judiciais que buscam concretizar o direito à educação inclusiva. As parcerias se referem as relações estabelecidas entre a escola e os atores externos à instituição em que atuam para dar apoio aos processos de educação inclusiva (e.g. SEDUC). O terceiro grupo de atores externos é formado pelos familiares dos educandos, fundamentais nas relações estabelecidas com a escola. Ela abrange o envolvimento desse núcleo com o planejamento e o desenvolvimento das atividades escolares e contempla tanto as relações que favorecem a educação inclusiva como as situações de conflito e resistência.

Neste modelo conceitual, o professor de educação física irá participar diretamente na gestão escolar e nas estratégias pedagógicas. No aspecto macro da gestão escolar, está inserido nas diversas etapas de planejamento escolar, construção dos Projetos Político Pedagógicos (PPPs), elaboração dos planos de ação e na gestão dos processos internos da instituição e suas relações com a comunidade.

Na definição das Estratégias pedagógicas o educador físico, pode apresentar bastante relevo, devido ao grande potencial a interdisciplinaridade, pois é necessária uma proposta pedagógica que

atenda e atinja todos. Por isso, é preciso dar atenção as diversas etapas de planejamento e desenvolvimento das práticas voltadas ao ensino e à aprendizagem. Esse é um conceito fundamental quando se aborda a educação física inclusiva, na medida em que pode ser uma forma de tornar o ensino mais prazeroso e, ao mesmo tempo, de aprofundar questões importantes para a aprendizagem dos estudantes.

Compreendemos, dentro do ponto de vista de Meirieu (2002) que a atuação do professor perpassa por todas as esferas escolares, pois seu agir não pode estar desvinculado da busca por conhecimentos didáticos que fortaleçam a atuação dos professores, pois é preciso considerar “[...] que cada aluno aprende de uma maneira que lhe é própria e que todos na sala de aula devem atingir os mesmos objetivos”, demandando investimentos no planejamento e na formação continuada.

Sendo assim, para o trabalho na escola se efetivar, é importante a colaboração dos professores e a assunção da ideia de que o planejamento é uma estratégia que perpassa as atribuições de todos os profissionais da escola, principalmente por ser o principal instrumento do agir pedagógico no contexto educacional.

Ferreira e Cataldi (2014) para elaborar uma proposta de Educação Física Inclusiva, realizaram o maior levantamento sobre este tema no Brasil, ao entrevistar mais de 2.000 professores da rede municipal de ensino das diversas regiões do Brasil. Trabalhar com a Educação Física inclusiva não é algo simples, pois não é apenas adaptar gestos corporais, nem tão pouco, um afrouxamento do rigor e das exigências técnicas para o desenvolvimento de qualquer atividade.

Ao contrário, o exercício da prática corporal requer uma instrumentalização capaz de propiciar a construção de uma ordem de movimentos adequados à percepção de padrões estruturantes de uma técnica; técnica esta, que permita a realização de movimentos que façam sentido para as pessoas com e sem deficiência. Assim, segundo os autores é inevitável a substituição do padrão atual de relativa estabilidade na abordagem da Educação Física e do Movimento, por algo que ainda ressoa com estranheza.

No entanto, é a partir dos princípios pedagógicos desta mesma Educação Física, que pretendem atingir outra dimensão de trabalho/movimento, pois é dela que precisam extrair uma ordem, de possibilidades corporais. A partir dos pontos acima observados, a pesquisa de Ferreira e Cataldi (2014) aponta, uma possível proposta de Educação Física inclusiva com três corolários principais:

1 – Promoção de discussões no interior de cada escola, sobre a participação efetiva de toda a comunidade escolar, a relevância social e as estratégias didáticas e diversas possibilidades de acessibilidade e tecnologias educativas;

2 - Planejamento escolar amplo e comum a todos, buscando dar respostas educativas com respeito às diferenças, sempre reavaliando de acordo com as habilidades motoras e sociais de cada turma. Também propor práticas pedagógicas na interface entre todas as disciplinas curriculares.

3 – Participação conjunta dos alunos com e sem deficiência nas aulas e tarefas propostas e implementação de atividades complementares a partir de princípios pedagógicos da Educação Física Adaptada, buscando desenvolver habilidades que lhe permitam um maior sucesso.

Aguiar e Duarte (2005) estudando um coletivo de 16 autores mostra que há múltiplos aspectos a serem considerados para a implementação de uma escola inclusiva. Dentre esses estão o oferecimento de cursos de reciclagem para capacitação de docentes; a importância da existência de um corpo técnico especializado (composto por psicólogo, fonoaudiólogo e psicopedagogo); o apoio da família do aluno com necessidades especiais; o número de alunos na classe; a eliminação de barreiras arquitetônicas; a revisão pela sociedade civil da concepção sobre a pessoa com necessidades especiais; o apoio da sociedade política; a destinação de verbas; a adequação de currículos, metodologias de ensino, recursos didáticos e materiais e sistemas de avaliação.

Aguiar (2002) elaborou um estudo que teve por objetivos averiguar a influência do jogo sobre a aprendizagem de conceitos básicos à leitura e à escrita em deficientes mentais alfabetizáveis e verificar a sua generalização para situações do contexto escolar, mostrando que os resultados apontaram efeitos positivos dos procedimentos utilizados, com implicações para a educação inclusiva.

Campos e colaboradores (2020) mostram que todos os jogos que as crianças e os adolescentes participam, inventam ou pelos quais se interessam, são estímulos que enriquecem os esquemas perceptivos (visuais, auditivos, sinestésicos) e operativos (memória, imaginação, lateralidade, representação, análise, síntese, causa/efeitos), que quando combinados com a estimulação psicomotora (coordenação), definem alguns aspectos básicos, dando condições para o domínio da leitura e escrita.

Estes autores afirmam que a partir do corpo, as crianças desde cedo exploram o mundo, o espaço e os objetos do seu entorno, estabelecem relações, expressam-se, brincam e produzem conhecimentos sobre si, sobre o outro, sobre o universo social e cultural, tornando-se, progressivamente, conscientes dessa corporeidade. Na Educação Infantil, o corpo das crianças ganha centralidade, pois ele é o partícipe privilegiado das práticas pedagógicas de cuidado físico, orientadas para a emancipação e a liberdade, e não para a submissão.

Segundo o Coletivo de autores (1992), na seleção de jogos para a inclusão social é importante que os conteúdos dos mesmos sejam selecionados, considerando a memória lúdica da comunidade

em que o aluno vive e oferecendo-lhe ainda o conhecimento dos jogos das diversas regiões brasileiras e de outros países, assim poderão utilizar como conteúdo: o reconhecimento de si mesmo e de suas possibilidades de desenvolvimento; capacidade de movimento; motricidade fina e grossa, e criação de jogos, definindo coletivamente os objetivos e as regras. Ao escolher os jogos, o educador deve priorizar os mais atrativos, que estimulem a participação de todas as crianças e não ressaltem as diferenças individuais. Assim, nos jogos e nas atividades em grupo deve predominar o caráter de cooperação, de construção conjunta, em que cada um contribua, de acordo com sua capacidade, para o produto final do grupo, com ênfase no processo.

Para que o educando com deficiência física possa acessar ao conhecimento escolar e interagir com o ambiente ao qual ele frequenta, faz-se necessário criar as condições adequadas à sua locomoção, comunicação, conforto e segurança, e nenhuma destas responsabilidades fazem parte do escopo dos professores de educação física. É o AEE, ministrado preferencialmente nas escolas do ensino regular, que deverá realizar uma seleção de recursos e técnicas adequados a cada tipo de comprometimento para o desempenho das atividades escolares.

A iniciativa de implementação de salas de recursos multifuncionais nas escolas públicas de ensino regular responde aos objetivos de uma prática educacional inclusiva que organiza serviços para o AEE, disponibiliza recursos e promove atividades para desenvolver o potencial de todos os alunos, a sua participação e aprendizagem. Essa ação possibilita o apoio aos educadores no exercício da função docente, a partir da compreensão de atuação multidisciplinar e do trabalho colaborativo realizado entre professores das classes comuns e das salas de recursos.

Tecnologia Assistiva (TA) é uma expressão utilizada para identificar todo o arsenal de recursos e serviços que contribuem para proporcionar ou ampliar habilidades funcionais de pessoas com deficiência e consequentemente, promover vida independente e inclusão. Segundo MEC (2007) fazer TA na escola é buscar, com criatividade, uma alternativa para que o aluno realize o que deseja ou precisa. É encontrar uma estratégia para que ele possa fazer de outro jeito. É valorizar o seu jeito de fazer e aumentar suas capacidades de ação e interação a partir de suas habilidades. É conhecer e criar novas alternativas para a comunicação, escrita, mobilidade, leitura, brincadeiras, artes, utilização de materiais escolares e pedagógicos, exploração e produção de temas através do computador.

O AEE pode fazer uso das seguintes modalidades da TA visando à realização de tarefas acadêmicas e a adequação do espaço escolar: Uso da Comunicação Aumentativa e Alternativa, para atender as necessidades dos educandos com dificuldades de fala e de escrita; Adequação dos materiais didático pedagógicos às necessidades dos educandos; Adequação de recursos da informática: teclado, mouse e elaboração de programas especiais, jogos, entre outros.

A TA já vem sendo utilizada na criação de vídeos, jogos e aplicativos exclusivos para inclusão nas aulas de educação física escolar. Visando auxiliar o trabalho dos professores, a SEDUC -PR criou o Sinalário Disciplinar de Libras, que consiste em uma ferramenta de apoio para alunos e profissionais que trabalham com estudantes surdos. Com cerca de 300 vídeos, o aplicativo disponibiliza em Libras (Língua Brasileira de Sinais) diversos termos encontrados nas 13 disciplinas que compõem o currículo do Ensino Fundamental e do Ensino Médio, incluindo a educação física. A SEDUC-RO criou o programa Ensino com mediação tecnológica que contém as aulas digitais das disciplinas que compõem o currículo do Ensino Médio disponibilizado pelo You Tube.

O Instituto Rodrigo Mendes disponibiliza gratuitamente cursos de formação e execução de projetos de inclusão em parceria com o FC Barcelona. Na coletânea de praticas 2006, apresenta questões teóricas pertinentes à educação física inclusiva, através de 12 experiências selecionadas por suas características de inovação, replicabilidade, atendimento aos princípios da educação inclusiva e participação do público-alvo da educação especial.

3 METODOLOGIA

A metodologia da pesquisa científica se apresenta como um instrumento fundamental na busca da construção e evolução do conhecimento humano, vinculada a normas metodológicas oriundas da Ciência, que devem ser seguidas com vistas a aquisição e construção de novos saberes. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, conforme Marconi e Lakatos (2003,p.182) engloba toda bibliografia pública relacionado a temática estudada, tendo como objetivo principal conduzir o pesquisador de maneira direta em conexão com tudo que já escrito, falado e filmado sobre determinado assunto, desde que tenham sido transcritos de alguma forma e publicados. Ainda de acordo com o mesmo autor a pesquisa bibliográfica traz informações relevantes para o estudo, pois;

“não é mera repetição do que já foi dito ou escrito sobre certo assunto, mas propicia o exame de um tema sob novo enfoque ou abordagem, chegando a conclusões inovadoras” (LAKATOS, p. 182, 2003).

Neste estudo foi feito uma pesquisa de artigos científicos nas bases de dados SciELO, no portal Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e Google Acadêmico nos meses março, abril e maio de 2020. Para o levantamento bibliográfico, foram utilizados os seguintes descritores, na língua portuguesa, “educação física inclusiva” “educação física adaptada” e “educação física para pessoa com deficiência”.

Como critérios de inclusão foram selecionados artigos nacionais publicados nos últimos cinco anos, (2015 até 2020). Para melhor entendimento as próximas fases da pesquisa serão explicitadas na figura 2.

Figura 2 – sequência utilizada na revisão bibliográfica

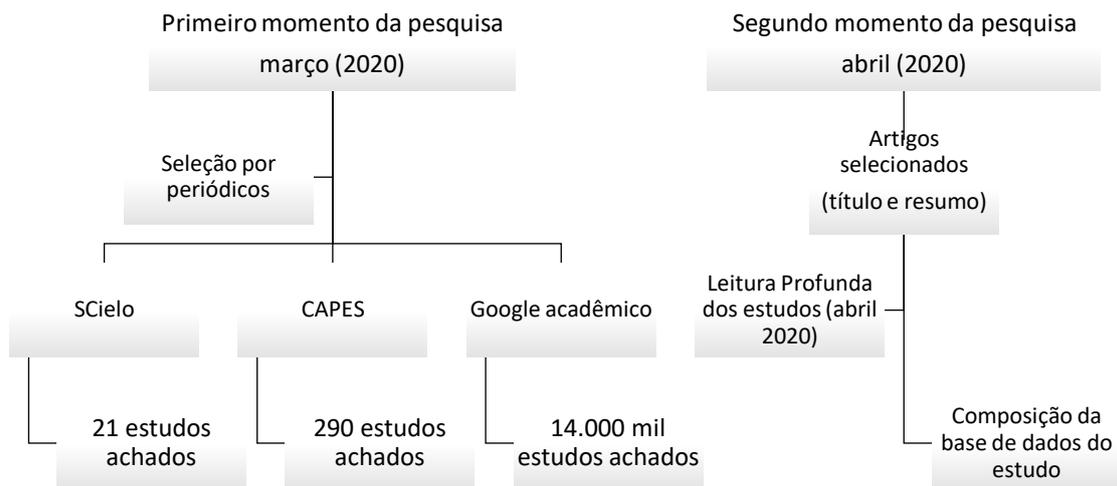


Figura 2 - Organizada pelos autores

Foram incorporados os conhecimentos da evolução do status da inclusão escolar na legislação federal brasileira, incluindo leis e decretos, além da observação participante dos autores nos documentos e nas práticas escolares.

Para a caracterização quantitativa das matrículas na escola regular no estado do Ceará foram utilizados os dados do Censo Escolar (MEC-INEP) e do Censo do Ensino Superior, os mais importantes levantamentos educacionais brasileiro nessa área. Estas publicações, disponível para download, corresponde a um conjunto de tabelas organizadas por tema – sendo também possível consultar as informações divididas por municípios.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação especial no Brasil se organizou tradicionalmente como atendimento educacional especializado substitutivo, evidenciando diferentes compreensões, terminologias e modalidades que levaram à criação de instituições especializadas no início do século XIX e que persistem até hoje. Como política pública a educação especial passa a ser formalizada em meados do século XX com a promulgação da lei de diretrizes e bases da educação nacional, e somente no início do século XXI é publicado o Estatuto da Pessoa com Deficiência que aborda os direitos fundamentais às pessoas portadoras de deficiência. Estes direitos, aqui são entendidos como o direito à vida, à habilitação e reabilitação para desenvolvimento de habilidades e potencialidades, à saúde, à educação, à moradia, ao trabalho, à assistência social e previdência social, cultura, esporte, turismo e lazer e direito à transporte e mobilidade.

A pessoa com necessidades especiais só será verdadeiramente incluída, se considerarmos o bom funcionamento do modelo conceitual que dialoga com a educação inclusiva através de seus diversos atores: Políticas públicas, Gestão escolar, Estratégias pedagógicas, Famílias e Parcerias. Para

a inclusão do deficiente físico na Educação Física não basta estar no mesmo espaço físico ou participar de algumas atividades, ele deve fazer parte do grupo e participar de todos os jogos e atividades desenvolvidas durante a aula, mesmo que necessite de ajuda e apoio do professor e de outros colegas. Porém este apoio, não deve transformar-se em superproteção, pois ao invés de contribuir, tende a dificultar o processo de inclusão.

Os jogos, pelo seu aspecto lúdico, mostram-se eficazes na educação inclusiva e deve ser potencializado através das tecnologias assistivas, sem deixar de lado os princípios metodológicos da educação física. Na escola, os jogos podem servir de ferramenta educacional e o professor deve ter uma postura problematizadora, explorando contradições e desafiando a inteligência do aluno, contribuindo para a construção de conhecimentos e a formação da cidadania

Também devemos considerar a experiência de diversos autores, de certa forma sumarizados pelos três corolários da inclusão: Participação efetiva de toda a comunidade escolar, a relevância social e as estratégias didáticas e diversas possibilidades de acessibilidade e tecnologias educativas; Planejamento escolar amplo e comum a todos, buscando dar respostas educativas com respeito às diferenças, sempre reavaliando de acordo com as habilidades motoras e sociais de cada turma; Participação conjunta dos alunos com e sem deficiência nas aulas e tarefas propostas e implementação de atividades complementares a partir de princípios pedagógicos da Educação Física Adaptada, buscando desenvolver habilidades que lhe permitam um maior sucesso.

E, por fim a educação inclusiva se apresenta como um paradigma educacional fundamentado na concepção de direitos humanos, que conjuga igualdade e diferença como valores indissociáveis, e que avança em relação à ideia de equidade formal ao contextualizar as circunstâncias históricas da produção da exclusão dentro e fora da escola.

Nesse contexto, se faz necessário uma reflexão profunda sobre questões relacionada a inclusão das pessoas com deficiência nas aulas de educação física, no âmbito educacional, será necessário implantar uma gestão integradora que associe e envolva os aspectos administrativos (adequação do espaço escolar, equipamentos e materiais pedagógicos) e a formação continua e continuada dos professores e demais profissionais envolvidos.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, J. S. **O Jogo no Ensino de Conceitos a Pessoas com Problemas de Aprendizagem: Uma Proposta Metodológica de Ensino**. Pós-Doutorado em Educação Especial-UFSCAR 2002. 71f.

AGUIAR, J.S.; DUARTE, E. Educação inclusiva: um estudo na área da educação física. **Rev. Bras. Ed. Esp.**, v.11, n.2, p.223-240. Marília. 2005,

ANTUNES, A. C. Mercado de trabalho e educação física: aspectos da preparação profissional. **Revista de Educação da Anhanguera Educacional**, Valinhos, v. 10, n. 10, p. 141-149, 2007.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Censo da Educação Básica 2019: notas estatísticas. Brasília, 2020.

CAMPOS, A.S; GARDÊNIA, C.V.; SIMÕES, L.L.; FERREIRA, H.S. Jogo como auxílio no processo ensino aprendizagem: as contribuições de Piaget, Wallon e Vygotsky. **Brazilian Journal of Development**, v.6, n.5, p.27.127-27144. May. 2020.

COLETIVO DE AUTORES. **Metodologia do ensino da educação física**. São Paulo: Cortez, 1992.

COSTA, A.M.; SOUSA, S.B. Educação física e esporte adaptado: história, avanços e retrocessos em relação aos princípios da integração/inclusão e perspectivas para o século XXI. **Rev. Bras. Cienc. Esporte**, Campinas, v. 25, n. 3, p. 27-42, maio 2004.

DAXENBERGER, A.C.S.; POLIA, A.A. **Inclusão: Do Discurso às Práticas Educacionais**. Curitiba. Appris.2018.

FALCÃO, C.S.N. **Envolvimento de crianças autistas em bullying de acordo com elas próprias, pais e professores de educação física**. Dissertação de Mestrado. UFC. 2017.

FERREIRA, E.L.; CATALDI, C.L. Implantação e implementação da Educação Física inclusiva. **Revista Educação Especial**, v. 27, n. 48, p. 79-94. 2014.

GHILARD, R. Formação profissional em educação física: a relação teoria e prática. **Motriz**, v.4, n.1. 1998.

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada-IPEA. Sobre a redução das matrículas no ensino médio regular. Texto para discussão, n.1421, set. 2009.

Instituto Rodrigo Mendes-IRM. Portas abertas para a inclusão. Educação física inclusiva. Coletânea de Práticas. 2016.

LAPLANE, A.L.F. O que os dados do censo escolar revelam sobre as barreiras à inclusão? **Educação e Fronteiras On-Line**, Dourados/MS, v.5, n.13 p.7-20, maio/ago. 2015.

Brazilian Journal of Development

MEIRIEU, P. A. **Pedagogia entre o Dizer e o Fazer**. Porto Alegre: Artmed, 2002.

TOJAL, J.B.A.G. Formação de profissionais de educação física e esportes na América Latina.

Movimento & Percepção, Espírito Santo de Pinhal, SP, v.5, n.7, jul./dez..2005.